



Manifesto de repúdio a retrocesso na agenda de combate e erradicação de trabalho escravo

Instituto Ethos vem a público manifestar o completo repúdio à <u>Portaria. MTB Nº 1129 de 13/10/2017</u> publicada pelo governo Temer que enterra a transparência das ações do MTE, reduz as atividades ilegais que consistem trabalho escravo no Brasil e altera as regras para a inclusão de empresas violadoras na "lista suja" do trabalho escravo.

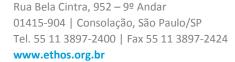
A atual legislação brasileira, em concordância com os normativos internacionais sobre direitos humanos e trabalho digno, entende que o trabalho escravo contemporâneo é caracterizado pelos seguintes fatores (isolados ou em conjunto): condições degradantes de trabalho, jornada exaustiva, trabalho forçado e servidão por dívida.

Esses elementos visam compreender as múltiplas realidades de trabalho escravo que ainda existem no país. Em <u>artigo publicado no Huffington Post</u>, Caio Magri, Presidente do Instituto Ethos, aponta que "o trabalho escravo contemporâneo vai além das tradicionais formas de privação de liberdade e maus tratos. Há outros elementos envolvendo a dignidade da pessoa humana e as condições de trabalho que devem ser consideradas".

A portaria tenta reduzir a compreensão da ação do Estado com relação a este conceito, tirando a jornada exaustiva e condições degradantes como critérios que por si só configuram a prática de trabalho escravo. Dificulta a fiscalização, ao reduzir a autonomia dos auditores do trabalho nesse processo, e transforma a inclusão daqueles que praticam trabalho escravo em uma indicação política. Hoje, todos aqueles que passam pelo processo administrativo para concluir que houve a prática de trabalho escravo são incluídos na lista. A partir de agora somente serão incluídos e publicizados aqueles empregadores escolhidos pelo Ministro do Trabalho.

Através de uma portaria emitida unilateralmente pelo ministro do Trabalho e Emprego, o governo contraria ao que a legislação brasileira, dentre elas o Código Penal, compreende por trabalho escravo. Esse ato cria uma ampla insegurança jurídica no país, frente a uma temática que já encontra inúmeras dificuldades de ser enfrentada.

O combate ao trabalho escravo sempre foi uma pauta de resistência no estado brasileiro, mas que teve inúmeros avanços a partir de uma recente incidência coletiva de atores da sociedade civil, instituições do sistema de justiça e um grupo de setores e empresas que se engajaram para erradicar a prática de trabalho escravo em suas atividades e cadeias produtivas.





Iniciativas como o surgimento do Instituto do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo - InPACTO evidenciam essa mobilização, na qual esse grupo de empresas e entidades privadas criaram uma organização para implementação do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, unindo-se para afastar qualquer possibilidade da utilização de mão de obra escrava nas relações de trabalho dentro de suas cadeias. No entanto, na direção contrária de boas práticas e atuação por uma gestão socialmente responsável, há um outro grupo de empresários da bancada ruralista que permanece realizando pressões políticas e gerando retrocessos na agenda de direitos humanos.

Até o início da gestão Temer, o Brasil era referência internacional em medidas de prevenção e combate ao trabalho escravo, mas as questionáveis medidas tomadas por essa gestão fizeram com que o Brasil deixasse de figurar entre os países modelos nesse tema pela OIT.

Para além de tentar flexibilizar o entendimento sobre o trabalho escravo e transformar a lista suja em uma escolha política na definição de quem pratica trabalho escravo, o governo tem tomado outras medidas que não só criam inseguranças jurídicas, como também fragilizam o combate ao trabalho escravo no país.

Dentre elas destaca-se a redução de verbas voltadas para custear a fiscalização do trabalho escravo e a exoneração do chefe da Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo (Detrae), André Esposito Roston, por apontar essas irregularidades e inabilidade da atual gestão em abordar essa problemática. Esses episódios já foram <u>repudiados anteriormente</u> pelo Instituto Ethos e parceiros no tema.

As atuais medidas integram uma série de tentativas de desmonte da atual gestão do governo federal às políticas públicas de promoção, proteção e garantia de direitos humanos no Brasil. Retrocessos como esses devem ser amplamente rejeitados e repudiados por toda a sociedade brasileira, pois facilitará a existência e manutenção do trabalho escravo no país. Urge que o governo reveja seus posicionamentos e revogue imediatamente a atual portaria que põe em xeque o combate ao trabalho escravo. A retomada do desenvolvimento só poderá ocorrer em bases sustentáveis que respeitem as garantias e direitos individuais e coletivos. É essencial que o governo amplie imediatamente o diálogo com os múltiplos atores da sociedade civil para que possamos em coletivo aprimorar os mecanismos de prevenção e combate ao trabalho escravo no Brasil.